...continuação

CRVR - RIOGRANDENSE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS S.A. - CNPJ nº 03.505.185/0001-84

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

panhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • O ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos. O risco de inadimplência da contraparte é avaliado com base na evidência de dificuldade financeira significativa da contraparte como por exemplo extensão do prazo médio de recebimento, caso de falência, impactos econômicos no segmento de autuação, entre outras. Para a carteira de clientes privados, um título vencido acima de 60 dias enquadra-se no cenário de inadimplência. Já no caso de clientes públicos, determinado título será considerado inadimplente acima de 90 dias. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Mensuração das perdas de crédito esperadas: As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Ativos financeiros com problemas de recuperação. Em cada data de balanço, a CRVR avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias; • Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A CRVR não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. *iii) Ativos não financeiros:* Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não são o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. i) Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. *Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais:* Refere-se a questões trabalhistas, tributárias e cíveis e está registrada de acordo com avaliação de risco efetuada pela Administração, suportada por seus consultores jurídicos, registradas no passivo não circulante. *Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro:* Representa o provisionamento dos custos de fechamento e pós-fechamento das áreas ocupadas com resíduos até as datas dos balanços, em conformidade o CPC 25/IAS 37. Os principais aspectos contábeis estão resumidos a seguir: • As estimativas dos custos são contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a uma taxa livre de risco de longo prazo; e • As estimativas de custos são revisadas anualmente, com a consequente revisão do cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados. *Provisão para recuperação operacional do sistema de aterro:* A provisão constituída tem como base o custo médio de transporte e tratamento é com base em estimativas de preços das opções disponíveis, no caso de transporte deve-se considerar o custo/m3 do serviço terceirizado ou com equipamento próprio. No caso do tratamento deve-se considerar a estimativa de preços das opções disponíveis, tais como osmose reversa, estações de tratamento próprias ou de terceiros devidamente licenciados. j) Ativos não circulantes mantidos para venda: A Companhia classifica ativos um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Estes ativos não circulantes e mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro. Os critérios de classificação de ativos não circulantes mantidos para venda são atendidos quando a venda é altamente provável e o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. O nível hierárquico de gestão apropriado da Companhia está comprometido com o plano de venda do ativo, tendo sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e conclusão do plano em até um ano a partir da data da classificação. k) Distribuição de dividendos: A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos aos acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Distribuições adicionais ao valor mínimo obrigatório somente são contabilizadas (provisionado) na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral conforme descrito na nota explicativa nº 23. l) Arrendamento: No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **i) Como arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. **7. Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A CRVR pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento): Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante: Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **8. Instrumentos financeiros - a)** ***Gerenciamento dos riscos financeiros:*** Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos abaixo, os objetivos, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos financeiros e gerenciamento do capital. As atividades da Companhia o expõem a alguns riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de câmbio, risco de taxa de juros, risco de contrato de concessão e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho da CRVR tem a responsabilidade global pelo gerenciamento dos riscos financeiros. Compete à diretoria financeira definir as políticas, práticas de avaliação e propor medidas mitigadoras de tais riscos, que devem ser aprovadas e acompanhadas pelo Conselho. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos. i) *Risco de mercado - Risco de câmbio:* As operações efetuadas pela Companhia são realizadas no mercado interno e não são afetadas pela variação cambial. *Risco de taxa de juros:* O risco de taxa de juros da Companhia decorre substancialmente de instrumentos financeira expostos a taxas pós-fixadas (principalmente CDI, TJLP, SELIC, IPCA e TR). Nos ativos financeiros estão vinculados a Certificados de Depósitos Bancários ("CDB") classificados nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os passivos financeiros das rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures são contratados majoritariamente com taxas pós-fixadas acrescidas de um spread pré-fixado, sempre dentro de condições normais de mercado, atualizadas e mensuradas pelo seu custo amortizado. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário razoavelmente possível uma valorização ou desvalorização das taxas de juros pós- fixadas em 12% tendo como base os montantes registrados no final do exercício de 2023 (14% em 2022), conforme abaixo.

Exposição Patrimonial	**Exposição em R$**	**Taxa pós-fixada em 31/12/2023**	**Efeito razoavelmente possível no Resultado**
Caixa e equivalentes de caixa	74.396		8.667
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(139.331)	CDI e TJLP	(16.232)
Exposição líquida a taxas pós-fixadas	**(64.935)**		
Efeito no resultado			**(7.565)**

Exposição Patrimonial	**Exposição em R$**	**Taxa pós-fixada em 31/12/2022**	**Efeito razoavelmente possível no Resultado**
Caixa e equivalentes de caixa	59.109		8.068
Títulos e valores mobiliários	2.209	CDI e TJLP	315
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(81.062)		(11.065)
Exposição líquida a taxas pós-fixadas	**(19.744)**		
Efeito no resultado			**(2.682)**

A Companhia monitora os índices de mercado continuamente para avaliar os impactos potenciais nas despesas financeiras e a possível necessidade de substituir sua dívida. *Risco de preços:* Os valores das tarifas dos serviços prestados são, na maioria dos contratos através da lei 8.666/92, reajustados anualmente com base na variação do IPCA e em índices definidos no contrato, devendo ser levado em considerando as variações dos custos dos serviços em relação ao mercado de atuação e às próprias características. Os contratos da CRVR são com entes público e privados. Os contratos com entes públicos figuram na lei 8.666 que estabelece normas gerais sobre licitações dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Os contratos privados são firmados através de contratos de prestação de serviço. *ii) Risco de crédito:* Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. Para mitigar o risco de possibilidade da Companhia ter perdas decorrentes de inadimplência de suas instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a CRVR adota como prática somente realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating. Para contas a receber de clientes, a maior parte do saldo refere-se a clientes públicos cuja prestação de serviço ocorre por meio de contrato. As condições de recebimento são definidas no momento da assinatura do referido contrato. A Companhia avalia as condições pré-existentes no processo de contratação, bem como uma análise de liquidez do contratante para garantir que o risco seja mitigado no decorrer da vigência do contrato. Em relação aos clientes privados, a Companhia limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de dois meses, além de realizar uma análise cadastral e de crédito para financiamento interno de seus clientes. Adicionalmente, a carteira de clientes é diversificada. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	Nota explicativa	**2023**	**2022**
Caixa e equivalentes de caixa	10.a	74.396	59.109
Títulos e valores mobiliários	10.b	-	2.302
Contas a receber de clientes	11	66.867	45.192
Mútuos a receber partes relacionadas	22	83.736	46.924
Outras contas a receber		867	892
		225.866	**154.419**

Em 31 de dezembro de 2023	**A vencer**	**Até 30 dias**	**Entre 31 31 e 60 dias**	**Entre 61 e 90 dias**	**Entre 91 e 180 dias**	**Entre 181 e 360 dias**	**Acima de 360 dias**	**PCLD**	**Valor contábil**
Caixa e equivalentes de caixa	74.396	-	-	-	-	-	-	-	74.396
Contas a receber de clientes	42.514	7.996	4.082	2.274	627	1.531	9.729	(1.886)	66.867
Mútuos a receber partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	83.736	-	83.736
Outras contas a receber	867	-	-	-	-	-	-	-	867
	117.777	**7.996**	**4.082**	**2.274**	**627**	**1.531**	**93.465**	**(1.886)**	**225.866**

Em 31 de dezembro de 2022	**A vencer**	**Até 30 dias**	**Entre 31 e 60 dias**	**Entre 61 e 90 dias**	**Entre 91 e 180 dias**	**Entre 181 e 360 dias**	**Acima de 360 dias**	**PCLD**	**Valor contábil**
Caixa e equivalentes de caixa	59.109	-	-	-	-	-	-	-	59.109
Títulos e valores mobiliários	2.302	-	-	-	-	-	-	-	2.302
Contas a receber de clientes	18.303	8.078	1.380	670	2.060	2.903	13.138	(1.340)	45.192
Mútuos a receber partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	46.924	-	46.924
Outras contas a receber	727	-	-	-	-	-	165	-	892
	80.441	**8.078**	**1.380**	**670**	**2.060**	**2.903**	**60.227**	**(1.340)**	**154.419**

iii) Risco de liquidez: A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras e financiamentos próprios. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a CRVR disponha de caixa suficiente para atender seus compromissos e desenvolver as suas operações. O quadro abaixo analisa os passivos da Companhia, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

Em 31 de dezembro de 2023	**Menos de 1 ano**	**Entre 1 e 2 anos**	**Entre 2 e 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Valor projetado**	**Valor contábil**
Empréstimos e financiamentos (a)	3.833	547	-	-	4.380	3.913
Fornecedores e outras contas a pagar	25.079	6	-	-	25.085	25.085
Debêntures (a)	25.824	42.667	105.646	27.974	202.111	135.418
Passivo de arrendamento	180	173	-	-	353	353
	54.916	**43.393**	**105.646**	**27.974**	**231.929**	**164.769**

Em 31 de dezembro de 2022	**Menos de 1 ano**	**Entre 1 e 2 anos**	**Entre 2 e 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Valor projetado**	**Valor contábi**
Empréstimos e financiamentos (a)	3.611	3.995	-	-	7.606	7.301
Fornecedores e outras contas a pagar	14.945	429	-	-	15.374	15.374
Debêntures (a)	11.291	37.459	58.176	15.500	122.426	73.761
	29.847	**41.883**	**58.176**	**15.500**	**145.406**	**96.436**

(a) Difere do valor contábil, pois refere-se ao valor estimado de desembolso. ***b) Gerenciamento de capital:*** Os objetivos da Companhia durante o processo de administração do seu capital são garantir a capacidade de continuidade e crescimento das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para minimizar despesas financeiras. Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Companhia, quando aprovado pelos acionistas controladores, pode rever sua política de distribuição de dividendos (ou juros sobre capital próprio), emitir novas ações ou reduzir capital. Adicionalmente, a Companhia utiliza o endividamento líquido, para acompanhar a sua performance de geração de caixa, bem como para utilização em comparação com parâmetros de mercado. O endividamento líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 podem ser apresentados conforme demonstrado abaixo:

	2023	**2022**
Empréstimos e financiamentos, debêntures	139.331	81.062
Fornecedores e outras contas a pagar	25.085	15.374
Total Endividamento	**164.416**	**96.436**
(-) Caixa e caixa equivalente	(74.396)	(59.109)
(=) Endividamento líquido (a)	**90.020**	**37.327**
Patrimônio líquido	194.583	153.997
Capital social e endividamento líquido (b)	**284.603**	**191.324**
Quociente de alavancagem (a ÷ b)	**32%**	**20%**

c) Valor justo dos instrumentos financeiros: Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão demonstrados a seguir:

			2023		**2022**	
Ativos financeiros:	**Hierarquia do valor justo**	**Categoria**	**Valor Contábil**	**Valor justo**	**Valor Contábil**	**Valor justo**
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	VJR	74.396	74.396	59.109	59.109
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	VJR	-	-	2.302	2.302
Contas a receber de clientes		Custo amortizado	66.867	66.867	45.192	45.192
Outras contas a receber		Custo amortizado	867	867	892	892
Mútuo a receber de partes relacionadas		Custo amortizado	83.736	83.736	46.924	46.924
Total			**225.866**	**225.866**	**154.419**	**154.419**
Passivos financeiros:						
Fornecedores e outras contas a pagar		Custo amortizado	25.085	25.085	15.374	15.374
Empréstimos e financiamentos		Custo amortizado	3.913	3.913	7.301	6.934
Debêntures		Custo amortizado	135.418	137.000	73.761	75.105
Passivo de arrendamento		Custo amortizado	353	353	-	-
Total			**164.769**	**166.351**	**96.436**	**97.413**

Mensuração do valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos, que inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2 - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3 - inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável. **9. Aspectos ambientais:** As operações da Companhia estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são controlados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados. A Companhia realiza mensalmente provisão para fechamento, e pós-fechamento neste caso para monitoramento e o controle dos impactos do aterro após o seu fechamento, bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período pré-estabelecido no processo de licenciamento, ou de acordo com a NBR 13.896 que determina o monitoramento por um período de 20 anos após o seu fechamento podendo o mesmo ser reduzido ou estendido, vide nota explicativa nº 20b. As provisões de recuperação operacional do sistema de aterro são constituídas mensalmente, assim como o seu custo médio de formação, vide nota explicativa nº 20c. A Companhia não mantém nenhuma provisão contingencial para perdas relacionadas a questões ambientais, com base na legislação ambiental em vigor no Brasil.

10. Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários - a) ***Caixa e equivalente de caixa:*** São compostos como segue:

	2023	**2022**
Caixa e bancos	246	211
Certificado de depósito bancário (CDB)	74.150	58.898
	74.396	**59.109**

As aplicações financeiras referem-se a certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação média do CDI em 96,41% em 2023 (95,09% em 2022), não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e liquidez são divulgadas na nota explicativa nº 8.

b) Títulos e valores mobiliários: O montante de R$2.209 em 31 de dezembro de 2022 refere-se a aplicações financeiras exigidas como garantia do contrato de financiamento junto ao BNDES (vide nota explicativa 16). Dessa maneira, não atende ao critério de reconhecimento de caixa e equivalente de caixa, sendo considerada uma aplicação financeira de longo prazo.

	2023	**2022**
Circulante	-	93
Não circulante	-	2.209
	-	**2.302**

11. Contas a receber de clientes: São compostos como segue:

	Nota explicativa	**2023**	**2022**
Clientes públicos:			
Valores faturados		25.794	11.531
Medições a faturar		29.343	18.677
		55.137	**30.208**
Clientes privados:			
Valores faturados		2.720	12.285
Medições a faturar		6.535	2.790
Crédito de carbono		3.633	-
		12.888	**15.075**
Perdas de crédito esperada		(1.886)	(1.340)
Partes relacionadas	22	728	1.249
Total		**66.867**	**45.192**
Circulante		60.876	39.088
Não circulante		5.991	6.104

A exposição ao risco de crédito da Companhia está limitada ao valor das contas a receber mencionadas acima. O valor do risco efetivo de possíveis perdas está incluído no saldo de provisão para perdas de crédito esperada.

O *aging list* das contas a receber é composto como segue:

	2023	**2022**
Valores a vencer	42.514	18.303
Vencidos:		
Até 30 dias	7.996	8.078
Entre 31 e 60 dias	4.082	1.380
Entre 61 e 90 dias	2.274	670
Entre 91 e 180 dias	627	2.060
Entre 181 e 360 dias	1.531	2.903
Acima de 360 dias	9.729	13.138
PECLD	(1.886)	(1.340)
	66.867	**45.192**

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída com base em análises de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação específica de cada cliente, a situação econômico-financeira ao qual pertencem, as garantias legais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos externos. A Administração julga que a provisão constituída é suficiente para cobrir possíveis perdas sobre os valores a receber. A movimentação da provisão para perdas de crédito esperada em 2023 e 2022 é apresentada como segue:

	2023	**2022**
Saldo inicial	(1.340)	(795)
Provisão do exercício	(2.531)	(2.087)
Reversão do exercício	1.985	1.542
Saldo final	**(1.886)**	**(1.340)**

12. Impostos a recuperar - São compostos como segue:

	2023	**2022**
INSS	3.887	4.122
Pis e Cofins	2.740	1.181
IRPJ	2.230	2.440
CSLL	576	477
ICMS	4	-
Outros impostos	5	-
	9.442	**8.220**
Circulante	5.616	1.485
Não circulante	3.826	6.735

13. Imobilizado - O ativo imobilizado é composto como segue:

	Taxa média anual - %	**Custo**	**Depreciação**	**2023 Líquido**	**2022 Líquido**
Aterro e infra em aterros (*)		165.552	(91.311)	74.241	58.096
Terrenos, edificações e construção civil (**)	5%	39.227	(2.458)	36.769	26.403
Benfeitorias em bens de terceiros	10%	563	(505)	58	78
Máquinas e equipamentos	10%	27.528	(14.601)	12.927	13.940
Móveis e utensílios	10%	1.051	(554)	497	423
Equipamentos de informática	20%	1.434	(792)	642	635
Veículos e equipamentos	20%	583	(303)	280	378
Imobilizado em andamento		54.485	-	54.485	35.707
		290.423	**(110.524)**	**179.899**	**135.660**

(*) O aterro e suas respectivas benfeitorias são amortizadas de acordo com a quantidade de resíduos efetivamentedepositados, com relação àcapacidade total estimada. (**) Terrenos não são depreciados

As mutações do imobilizado de 2023 e 2022 estão demonstradas conforme a seguir:

Custo	**Saldo em 31/12/2022**	**Adição**	**(-) Baixa**	**Transferência**	**Saldo em 31/12/2023**
Aterro e infra em aterros	139.693	15.821	-	10.038	165.552
Terrenos, edificações e construção civil	27.740	3.735	-	7.752	39.227
Benfeitorias em bens de terceiros	563	-	-	-	563
Máquinas e equipamentos	26.843	1.682	(1.297)	300	27.528
Móveis e utensílios	909	142	-	-	1.051
Equipamentos de informática	1.249	152	-	33	1.434
Veículos e equipamentos	583	-	-	-	583
Imobilizado em andamento	35.707	37.383	(482)	(18.123)	54.485
	233.287	**58.915**	**(1.779)**	**-**	**290.423**

Depreciação	**Saldo em 31/12/2022**	**Depreciação**	**(-) Baixa**	**Transferência**	**Saldo em 31/12/2023**
Aterro e infra em aterros	(81.597)	(9.714)	-	-	(91.311)
Terrenos, edificações e construção civil	(1.337)	(1.121)	-	-	(2.458)
Benfeitorias em bens de terceiros	(485)	(20)	-	-	(505)
Máquinas e equipamentos	(12.903)	(2.778)	1.080	-	(14.601)
Móveis e utensílios	(486)	(68)	-	-	(554)
Equipamentos de informática	(614)	(178)	-	-	(792)
Veículos e equipamentos	(205)	(98)	-	-	(303)
	(97.627)	**(13.977)**	**1.080**	**-**	**(110.524)**
Total	**135.660**	**44.938**	**(699)**	**-**	**179.899**

Custo	**Saldo em 31/12/2021**	**Adição**	**(-) Baixa**	**Transferência**	**Saldo em 31/12/2022**
Aterro e infra em aterros	108.268	518	-	30.907	139.693
Terrenos, edificações e construção civil	32.949	68	-	(5.277)	27.740
Benfeitorias em bens de terceiros	563	-	-	-	563
Máquinas e equipamentos	22.702	3.682	-	459	26.843
Móveis e utensílios	838	71	-	-	909
Equipamentos de informática	754	474	-	21	1.249
Veículos e equipamentos	520	118	(55)	-	583
Imobilizado em andamento	34.915	26.902	-	(26.110)	35.707
	201.509	**31.833**	**(55)**	**-**	**233.287**

Depreciação	**Saldo em 31/12/2021**	**Depreciação**	**(-) Baixa**	**Transferência**	**Saldo em 31/12/2022**
Aterro e infra em aterros	(72.863)	(8.499)	-	(235)	(81.597)
Terrenos, edificações e construção civil	(657)	(915)	-	235	(1.337)
Benfeitorias em bens de terceiros	(465)	(20)	-	-	(485)
Máquinas e equipamentos	(10.538)	(2.365)	-	-	(12.903)
Móveis e utensílios	(418)	(68)	-	-	(486)
Equipamentos de informática	(500)	(114)	-	-	(614)
Veículos e equipamentos	(107)	(101)	3	-	(205)
	(85.548)	**(12.082)**	**3**	**-**	**(97.627)**
Total	**115.961**	**19.751**	**(52)**	**-**	**135.660**

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa (Teste de Impairment): Em 2023 e 2022, a Administração avaliou com base em fontes de informações externas e internas não identificou qualquer indicação de que seus ativos estariam registrados por valor superior ao seu valor recuperável. Portanto, não houve a necessidade de realizar teste de impairment e nenhum valor sobre perda ao valor recuperável foi reconhecido.

14. Fornecedores - São compostos como segue:

	2023	**2022**
Fornecedores	24.156	14.676
Partes relacionadas – nota 22	915	698
	25.071	**15.374**
Circulante	25.065	14.945
Não circulante	6	429

15. Dividendos a pagar - São compostos como segue:

	2023	**2022**
Saldo inicial	-	20.182
Aumento de capital social – nota 24	-	(10.182)
Dividendos propostos	16.451	-
Pagamento de dividendos	(16.451)	(10.000)
Saldo final	**-**	**-**

continua...